

Educação para a Liberdade: Trajetória de Três Disciplinas Extensionistas

*Adriana Alves Fernandes Costa*¹

*Adriana: Fabricia Velasquez Paiva*²

*Marcos Estevão Gomes Pasche*³

*Sabrina Galeno da Costa*⁴

RESUMO: O texto aborda o processo de construção de três disciplinas extensionistas no âmbito de uma universidade pública situada na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Os temas contidos nas ementas das disciplinas referidas apresentam, interdisciplinarmente, a educação como prática para a liberdade, enfatizando: práticas alfabetizadoras, leitura, escrita e diferenças, considerando diversos espaços prisionais, bem como outras situações de restrição de liberdade. A trajetória do trabalho revela o contexto de produção da curricularização da extensão, tendo como mote a práxis emancipadora, a partir de um processo coletivo e artesanal de construção com diálogos, eventos e integração entre sujeitos que têm pesquisas e interesses na educação prisional e na extensão.

Palavras-chave: Extensão; disciplinas; alfabetização; leitura; escrita.

Education for Freedom: Trajectory of Three Extensionist Disciplines

ABSTRACT: This paper addresses the process of building three extension disciplines within the scope of a public university located in the Baixada Fluminense region, in the state of Rio de Janeiro. The themes contained in the syllabi of the aforementioned disciplines present education as a practice for freedom, emphasizing: literacy practices, reading, writing and differences, considering different prison spaces, as well as other situations of restricted freedom – on an interdisciplinary basis. The trajectory of the work's elaboration reveals the production context of curricular extension, having as its motto the emancipatory praxis, based on a collective and artisanal process of construction that encompasses dialogues, events and integration between subjects who have research and interests in prison education and in extension.

Keywords: Extension; disciplines; literacy; reading; writing.

Educación para la libertad: trayectoria de tres disciplinas extensionistas

RESUMEN: El texto aborda el proceso de construcción de tres disciplinas de extensión en el ámbito de una universidad pública ubicada en la región de la Baixada Fluminense, en el estado de Río de Janeiro. Los temas contenidos en los programas de las disciplinas mencionadas presentan, de manera interdisciplinaria, la educación como práctica para la libertad, destacando: alfabetización, lectura,

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

³ Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

⁴ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

escritura y prácticas diferenciales, considerando diferentes espacios carcelarios, así como otras situaciones restrictivas de la libertad. La bandeja de trabajo revela el contexto de producción de la curricularización extensiva, tomando como lema la praxis emancipadora, basada en un proceso colectivo y artesanal de construcción con diálogos, acontecimientos e integración entre sujetos que tienen investigaciones e intereses en la educación y extensión penitenciaria.

Palabras clave: Currículo de extensión universitaria; Disciplinas de extensión; Condonación de la pena por alfabetización; Leer y escribir.

Palabras clave: Extensión; disciplinas; alfabetismo; leer; escribir.

Introdução

“As aulas cresciam e eu com elas. Fui deixando o patronato. Às vezes, passava tardes inteiras conversando com o Cido. Ele me dava noções de uma filosofia educacional que me interessava cada vez mais. Nossos diálogos eram ricos. Seu interesse por meus conhecimentos me fazia buscar fundo na memória. Instigado por nossas conversas, eu lia cada vez mais. Ao mesmo tempo, me aprofundava em pesquisas para aprimorar minhas habilidades na sala de aula.

Praticava uma didática inventada na hora e de acordo com os resultados. Para mim, era mais fácil descobrir métodos novos do que praticar os já existentes”.

Luiz Alberto Mendes

Num exemplo ilustrativo do Parnasianismo, o poema “A um poeta”, publicado no livro *Tarde* (1919), de Olavo Bilac, recomenda a um indeterminado autor de versos camuflar o esforço inerente ao exercício da escrita, porque o efeito do poema deve agradar “Sem lembrar os andaimes do edifício” (2001, p. 336). Conforme consensuado pela historiografia da literatura brasileira, o Parnasianismo é o estilo da sofisticação, tanto na expressão estética quanto na visão social. Daí o emblemático texto de seu principal poeta apregoar que uma obra seja contemplada apenas como produto final, sem a flagrância de qualquer vestígio do processo que a engendrou.

Diferentemente do que possa parecer a uma primeira impressão, a exibição das coisas como se fossem a sua versão derradeira não ocorre apenas pela diretriz de uma corrente literária requintada. Na vida em geral e na rotina acadêmica em particular, é comum, por deliberação ou por automatismo, que fatos e demandas sejam comunicados estritamente como são, e não como vieram a ser. Se por um lado isto significa necessária adequação ao tempo das convenções, por outro não deixa de reforçar alienações, mesmo num espaço dedicado a questionar o que o senso comum naturaliza – como é o espaço universitário. Independentemente da causa, o hábito

retarda ou rarefaz a acumulação organizada de informações indispensável à eficiência do serviço e à tranquilidade de quem se responsabiliza por ele.

Assim, este artigo pretende colocar em relevo a trajetória que culminou com a criação de três disciplinas extensionistas intituladas Educação para a Liberdade I, Educação para a Liberdade II e Educação para a Liberdade III, formuladas entre os anos de 2021 e 2023, no âmbito de uma universidade pública da Baixada Fluminense. Sua intenção é discutir o assunto que as fundamenta – alfabetização em contexto de privação e restrição de liberdade – e ao mesmo tempo noticiar o percurso laboral que as constituiu, situando a discussão no contexto da implementação, na referida Universidade, da Resolução CNE/CES/MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018, usualmente chamada de *curricularização da extensão*. Ao desenvolver esses propósitos, o texto destacará o que para seus autores se afigurou uma tarefa necessariamente inovadora, pelo tipo das disciplinas elaboradas e pela complexidade que elas implicaram, e registrará o que corresponde à primeira fase de um trabalho a ser desdobrado futuramente, quando tais disciplinas se efetivarem em sala de aula.

O presente texto se compõe de uma pesquisa de cunho predominantemente qualitativo, que analisou os seguintes dados: a) normativas da curricularização da extensão; b) documentos regulatórios internos da Universidade, tais como memorandos e atas; c) registros de reuniões produzidos pelos autores; e d) as ementas feitas para as disciplinas que serão abordadas aqui. Com isso, esperamos contribuir tanto para a discussão dos assuntos contemplados quanto para a valorização da extensão universitária como diálogo entre a formação de todas as pessoas envolvidas e o desenvolvimento coletivo. Afinal, sem andaime não se ergue edifício.

1. A remição de pena pela leitura

O trabalho que resultou na criação das disciplinas Educação para a Liberdade I, II e III começou com um movimento que conjugava diretamente extensão universitária e políticas públicas. Em fevereiro de 2021, a Deputada Renata Souza (PSOL-RJ) protocolou na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro o Projeto de Lei 3721-A/2021, que “dispõe sobre a criação do projeto de Remição de Pena pela Leitura no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências”.⁵ O texto do PL foi elaborado por

⁵ O referido projeto de Lei pode ser consultado em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&URL=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMGM1YmY1Y2RIOTU2MDFmOTAzMjU2Y2FhMDAyMzEzMWVvNTI3ZmFmYjc4ZDZhNjJlYzAzMjU4OGIwMDA2MDRmYTE/T3BlbkRvY3VtZW50JkhpZ2hsaWdodD0wLDIwMjEwMzAzNzIx&. Acesso em: 13 fev. 2024.

um conjunto de professores e estudantes que à época atuavam na Remição de Pena pela Leitura (RPL) no Rio de Janeiro como ação extensionista, dentre os quais um dos autores deste artigo, que desde 2018 coordena o projeto pela Universidade a que se vincula.

A RPL realiza atividades de leitura e escrita em presídios, e embora seja reconhecida como serviço relevante, em momentos e circunstâncias diferentes foi-lhe apontada uma lacuna significativa: por só receber participantes com certo grau de instrução, a ação reforçava a exclusão de quem não domina os códigos da comunicação escrita. Como havia um canal aberto com o Poder Legislativo, em 2021 a coordenação institucional da RPL procurou a Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade (no *campus X*), então gerida por duas outras autoras do artigo, a fim de verificar a possível elaboração de um outro projeto de lei que instituísse algo como uma *remição de pena pela alfabetização*, dada a inexistência de um expediente dessa natureza, ao menos no Estado do Rio de Janeiro e até àquela altura.

As professoras procuradas aceitaram participar da tarefa, mas recomendaram que se criasse uma demanda antes que o hipotético projeto de lei fosse concebido, a fim de que ele, se redigido, contasse com um trabalho concreto que o precedesse e respaldasse. Naquele momento, uma das autoras do presente texto já havia manifestado interesse pela participação na RPL, e então se estabeleceu o quarteto responsável pela concepção das disciplinas, cujo roteiro de elaboração será narrado adiante. Antes disso, convém comentar algo sobre a remição por leitura.

A RPL decorre do entendimento de que educação e leitura são direitos de todas as pessoas, incluídas aquelas em privação ou restrição de liberdade. Embora bastante emendada desde a sua promulgação, a *Lei de Execução Penal* do País data de 1984, anterior portanto à *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, conhecida como Constituição Cidadã. Em sua versão original, a *Lei de Execução* só previa a remição da pena pelo trabalho, e uma alteração de 2011 passou a determinar que a remição poderia se dar “por trabalho ou por estudo”.⁶ De acordo com a *Nota Técnica Remição de Pena pela Leitura* (2020), emitida pelo Departamento Penitenciário Nacional, um percurso jurídico se fez até que em 2013 tal forma de remição passasse a ser recomendada às Unidades da Federação, de modo a possibilitá-la nas cadeias de todos os Estados brasileiros.

No Rio de Janeiro, a RPL é desenvolvida como projeto de extensão universitária desde 2016, em ação pioneira da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

⁶ Conferir o texto da Lei em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

Também é praticada por docentes de escolas estaduais instaladas em cadeias, mas, apesar disso, não se encontram dados a esse respeito nas páginas oficiais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-RJ) e da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ).⁷ Conforme dito antes, a Universidade passou a realizar a RPL em 2018. Esse trabalho nos interessa fundamentalmente na medida em que foi um ponto de partida para a elaboração das disciplinas, assim como contribuiu para visualizarmos as densas dificuldades que se colocam para pensar o cárcere e atuar academicamente em seu perímetro. Acerca disso, Ana Claudia Ferreira Godinho e Elionaldo Fernandes Julião apontam “a disparidade, a variedade, a incompatibilidade e a precariedade dos projetos de remição pela leitura no Brasil” (2022, p. 187), algo que, em âmbito fluminense, se confirma pelos obstáculos reportados por Marcos Estevão Gomes Pasche, em “Remição de pena pela Leitura no Rio de Janeiro: da memória para a memória” (2021), e por Vanusa Maria de Melo e Sandra Maciel de Almeida em “Remição de pena pela leitura no Rio de Janeiro: possibilidades e avanços” (2021).

2. Extensão, Extensões

A Extensão, como princípio que rege a vida da universidade, é prevista pela *Constituição Federal de 1988*, em seu artigo 207, que dispõe sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Contudo, já no final dos anos 1960, na obra intitulada *Extensão ou comunicação?*, Paulo Freire problematizava o conceito a partir das diferentes camadas que compõem as disputas de linguagens, dialogando acerca da dimensão educativa da Extensão: a que poderia ser construída como prática de uma educação para a liberdade, aquela que conduziria a um processo de humanização entre as pessoas. Também em 1984, portanto antes da promulgação da Constituinte, Saviani refletia criticamente sobre a Extensão, enfatizando o compromisso social da educação superior. Segundo o autor, cabe à universidade “socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade” (1984, p. 48). Tanto em Freire quanto em Saviani, preservados os devidos rigores e prismas de condução de pensamento, observamos um enfoque emancipador da concepção da Extensão.

Assim, identificamos importantes reflexões que provocam a universidade a remodelar sua práxis para além de uma perspectiva tecnicista, transmissiva, assistencialista e messiânica

⁷ Conferir as páginas da SEAP-RJ (<https://www.rj.gov.br/admpenitenciaria/>) e da SEEDUC-RJ (<https://www.seeduc.rj.gov.br/>). Acesso em: 23 abr. 2024.

que a tem constituído socio-historicamente. Ousamos dizer que, apesar dos inúmeros movimentos para compreender o fazer extensionista e do significativo avanço advindo da proposta de curricularização da Extensão, até o presente tempo carregamos um forte legado *aplicacionista* que nos forma.

A própria *Deliberação nº 26, de janeiro de 2022*, expedida pela Universidade, em consonância com a *Resolução CNE/CES/MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018*, também compreende a integralidade da tríade ensino-pesquisa-extensão e indica as seguintes dimensões como condutoras da concepção extensionista, em seu artigo 4º, “interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da **produção e da aplicação do conhecimento** em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” (grifo dos autores). Mesmo que no âmbito da Universidade tenha havido um longo debate sobre a pauta e que a *Deliberação* se apoie em mudanças históricas do conceito, o termo “aplicação” ainda permanece, deixando resquícios de um entendimento já superado do fazer extensionista.

Quando percebemos tal pluralidade de pensamento, nos interrogamos: qual Extensão defendemos no trabalho com a construção e desenvolvimento das três disciplinas extensionistas que construímos? Nossa orientação dialoga com uma educação para a liberdade, não apenas em afinação com Freire e Saviani e nos títulos dos trabalhos por nós produzidos, mas em um sentido que consideramos ser mais abrangente e profundo. Abrangente e profundo porque tal ideia de extensão é prenhe de utopias: em primeiro lugar, a emancipação pela educação é relativa a todos os envolvidos. Ela é relacional, pois universidade e comunidade se posicionam mais horizontalmente para educar-se pelo diálogo. Ademais, o combate ao analfabetismo que possibilita o acesso à riqueza de nossa cultura escrita é uma prática da liberdade em vários níveis, inclusive o da constituição da liberdade para a expansão da leitura de mundo (alfabetização) em um lugar de aprisionamento físico (prisões).

Além da conceituação básica, outras regulações incidem sobre esse funcionamento: computação da carga horária docente e discente, sendo no caso dos discentes uma proposta relativa à sua formação. No caso dos docentes, além da dimensão formativa, a carga horária reflete outras preocupações, como o reconhecimento do trabalho realizado, a avaliação e a progressão funcional da carreira e a atribuição (institucional e pessoal) de pesos diferenciados para as atividades que compõem a rotina profissional (em se tratando de universidades e

institutos federais no Brasil). Ou seja, a implementação de políticas educacionais em nível institucional passa a compor a rotina profissional do corpo docente.

A implementação da curricularização da extensão, para além de definir, normatizar e impor-se à instituição, é acompanhada de muitas leituras, tanto individuais como coletivas, em vários níveis da gestão institucional. Isso diz respeito diretamente ao processo de elaboração das disciplinas extensionistas, que é ao mesmo tempo criativo, teórico-metodológico e carrega envolvimento emocional, sem deixar de ser informado por elementos institucionais, ou seja, impulsionado por políticas internas. Dessa forma, o movimento de criação se aproximou e participou da produção dos limites institucionais relativos a essas políticas.

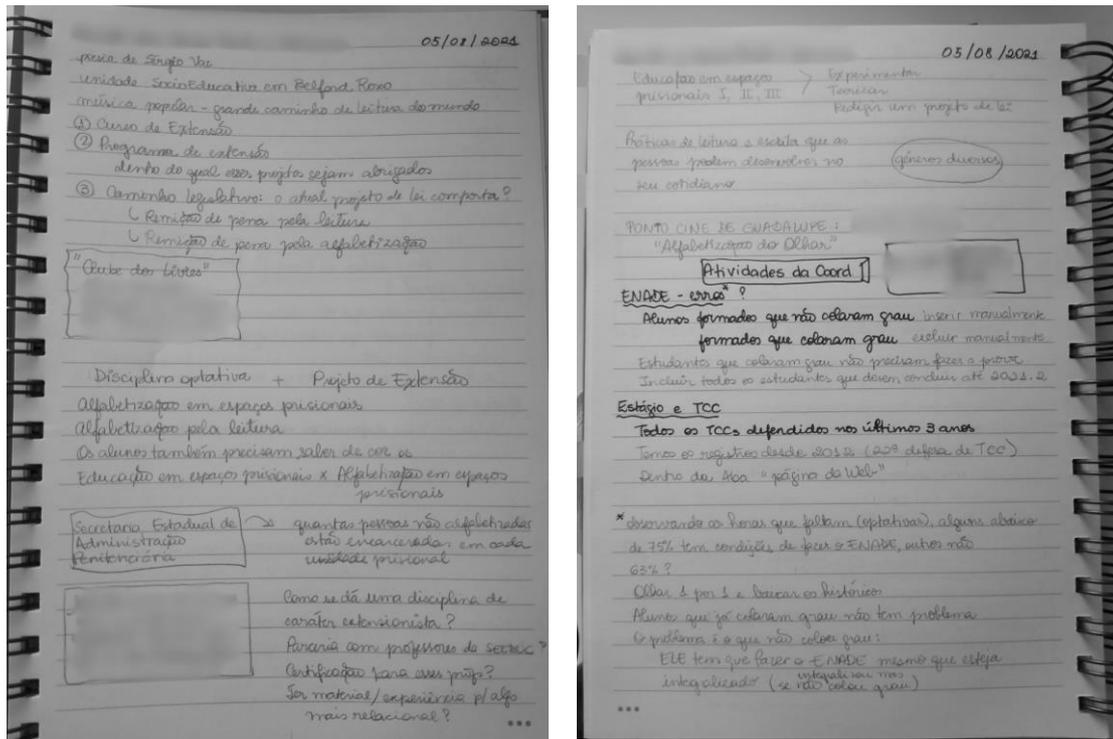
3. Disciplinas extensionistas Educação para a Liberdade: processo de construção

As três disciplinas extensionistas foram elaboradas pelos autores deste texto, entre os anos de 2021 e 2023, tendo seu início em pleno contexto pandêmico, com as atividades presenciais não essenciais suspensas. Compartilhamos a seguir o processo de construção dessas disciplinas, intituladas Educação para a Liberdade I: abordagens e práticas alfabetizadoras; Educação para a Liberdade II: abordagens e práticas de leitura e escrita; Educação para a Liberdade III: abordagens e práticas sobre a diferença.

O movimento de criação se deu através da práxis que formamos por meio do fazer coletivo – dando vida e trazendo para a vida – no lugar em que nossa experiência de trabalho era possível, ou seja, em salas virtuais em que fazíamos reuniões remotas. O formato disciplinar para essas atividades extensionistas foi não apenas potencializado, mas propriamente tornado possível porque havia um ambiente concreto de apropriação coletiva do conceito de Extensão, de discussão contínua e de formulação de propostas originais de operacionalização da *Resolução CNE/CES/MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018*.

Recuperamos a memória das primeiras reuniões em que começamos a conversar sobre Extensão e a possibilidade de se criar uma disciplina optativa a ser oferecida de forma paralela ao projeto de extensão já existente na Universidade, de remição de pena pela leitura, coordenado por um dos autores deste texto. O registro abaixo, produzido também por uma das autoras deste artigo, demonstra os questionamentos iniciais do grupo sobre a possibilidade de se unir o caráter extensionista ao caráter disciplinar.

Figura 1: Registro sistemático-narrativo de construção das disciplinas



Fonte: Acervo dos autores

A imagem demonstra que o ambiente institucional ao qual nos referimos abriga muitas dimensões; não diz respeito apenas à Extensão, mas é povoado por uma série de outras demandas de trabalho, como o ensino, a pesquisa e a gestão, com todas as nuances que envolvem o regime de trabalho qualificado como Dedicção Exclusiva. É exatamente essa característica multirreferencial que nos influencia para desenvolver o processo das três disciplinas – e com a pluralidade que potencializa nossa formação, pela riqueza de experiências e de conversas.

Especialmente nesta imagem de registro da primeira reunião do grupo é possível verificar a construção de perguntas, apontando para a reflexão e os questionamentos. Unimos a preocupação de realizar consultas junto à Pró-reitoria de Extensão, considerando a diversidade de ações que poderiam estar atreladas a essa iniciativa. Acrescenta-se ao tripé ensino-pesquisa-extensão a construção de normativas internas da Universidade e, por fim, proposições legislativas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro (relacionadas à análise do texto do Projeto de Lei nº 3721-A/2021 e intervenção na sua escrita). Ou seja, reflexão e construção da proposta

deram-se em meio a outras atividades de diversas naturezas que eram executadas pelos integrantes do grupo.

Desde o nosso primeiro encontro de trabalho, havia uma intencionalidade que foi se aprimorando com uma preocupação política de as disciplinas serem extensionistas. Na ocasião do início das atividades, os autores deste texto estavam em funções de gestão ou participando de Colegiados, Núcleos Docentes Estruturantes e outros coletivos que possibilitaram acesso mais direto às discussões normativas da Universidade. Nesse sentido, a participação nessas discussões fomentava nossas propostas de curricularização da extensão, reverberando ao mesmo tempo na constituição das disciplinas, quando buscamos pensar sobre uma forma de trabalhar com educação em situações de restrição de liberdade.

Como um campo na Educação, os estudos sobre currículo já se consolidaram com características e debates próprios, a partir de vertentes também específicas no processo de formação. Em nosso debate, partimos de uma concepção de currículo que problematiza as perspectivas restritamente normativas ou pouco flexíveis quanto à participação daqueles a quem a formação pretende alcançar. Tal como Arroyo (2011), concordamos que os processos de curricularização representam projetos em disputa. Neste texto, porém, a ideia não seria a de contextualizar a discussão pelo campo do currículo, pelo respeito à consolidação histórica que a própria área já estabeleceu e que não caberia neste tempo-espço, mas, sim, de recortar o debate especificamente na proposta de compreender a extensão *também* por dentro dos currículos de formação inicial nas universidades.

Em um primeiro momento, estudamos as normativas legais – como documentos do Ministério da Educação e da nossa Universidade –, participamos de reuniões com as pró-reitorias e técnicos, aprendendo sobre os conceitos e sobre as críticas à *extensão universitária* previamente existentes, para a construção de uma proposta *extensionista* em que os estudantes e a comunidade externa tivessem um papel mais proeminente, e não apenas o de “público” em atividades e cursos protagonizados pelos professores – o formato mais comum na instituição.

A partir dessa formação inicial, começamos a propor, em espaços coletivos, atividades para compor o cenário extensionista da Universidade. Os principais espaços de discussão dessas propostas eram os fóruns de coordenadores de curso com a Pró-reitoria de Graduação; a Comissão Permanente de Formação de Professores – CFP – , que abrange as coordenações de curso de licenciaturas da Universidade; os Núcleos Docentes Estruturantes e os Colegiados de cada Curso.

Enquanto grupo, os autores deste texto vivenciaram um processo intenso de educação mútua e interdisciplinar (entre quatro diferentes áreas do conhecimento, sendo: Pedagogia, Letras, Serviço Social e Ciências Sociais), ao longo de três anos. O grupo constituiu um diálogo rico, modificando de maneira significativa a identidade profissional de cada um – que muito claramente se deve ao espaço aberto pela discussão da Extensão.

A sequência de fotografias a seguir demonstra nosso processo de produção de conhecimento, no qual é possível identificar uma relação entre a compreensão do conceito de Extensão e a proposta de construção das disciplinas. À medida que desenvolvíamos nosso entendimento de Extensão, nossa proposta de trabalho se potencializava. Esse movimento é visível nas imagens de registro abaixo, que mostram a nomeação inicial das disciplinas (“Educação em espaços prisionais”) e a transição entre os dois encontros (30 de novembro e 16 de dezembro de 2021) em que o grupo de trabalho e as disciplinas foram renomeados como “Educação para a Liberdade”.

Ao discutir sobre o público-alvo da disciplina, saímos de uma versão inicial – de quando considerávamos apenas o ambiente da prisão – e passamos a contemplar o grande tópico *aprisionamento* percebendo outras circunstâncias e pessoas por ele implicadas, como o regime semiaberto, a liberdade condicional e os familiares de pessoas presas, por exemplo. Na ocasião, não havia uma clareza entre nós de que estávamos trabalhando com um conceito de liberdade “aplicacionista”, unidirecional e redentor. Mas no decorrer do processo de construção das disciplinas, fomos também nos emancipando dessa ideia.

O conceito foi se aprofundando para nós, de modo que incluímos, além da liberdade física, a imaginação, a crítica, o pensamento, a leitura, o questionamento, a reflexão, os recursos mediadores do ensino-aprendizagem e as possibilidades de diálogos interculturais e de aprendizado entre o educador e o educando. Assim:

Figuras 2, 3 e 4: Registro sistemático-narrativo de análise das disciplinas

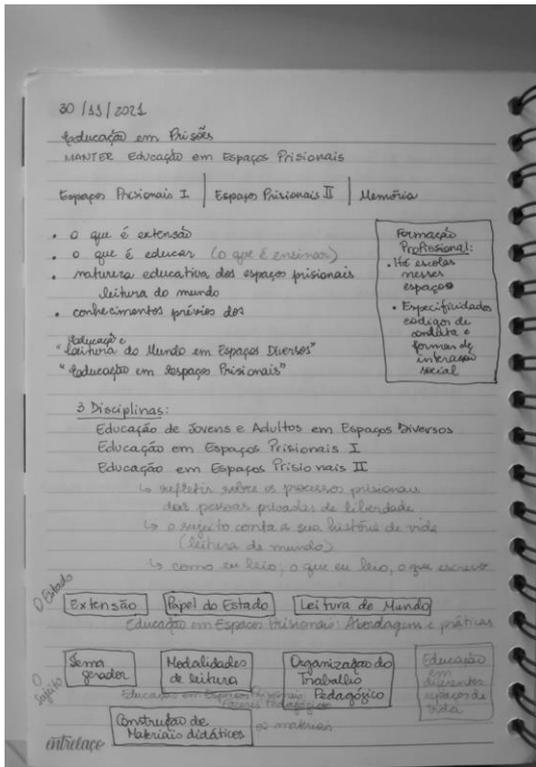


Foto do dia 30/11/2021

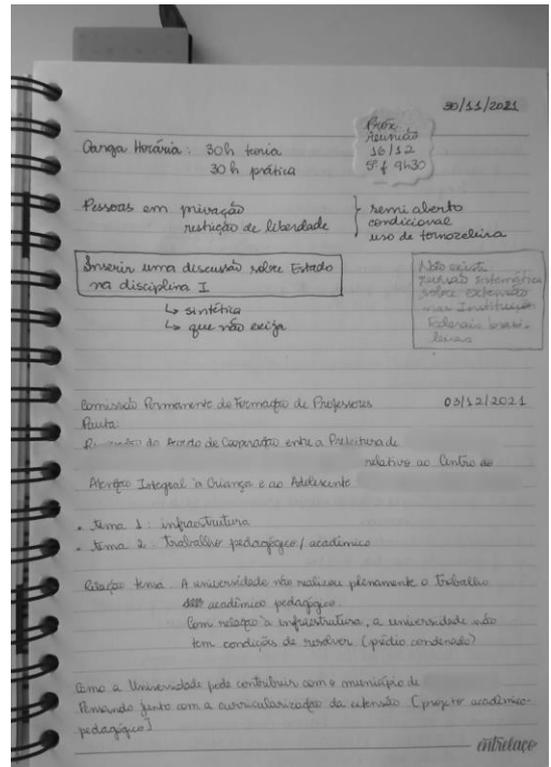


Foto do dia 30/11/2021

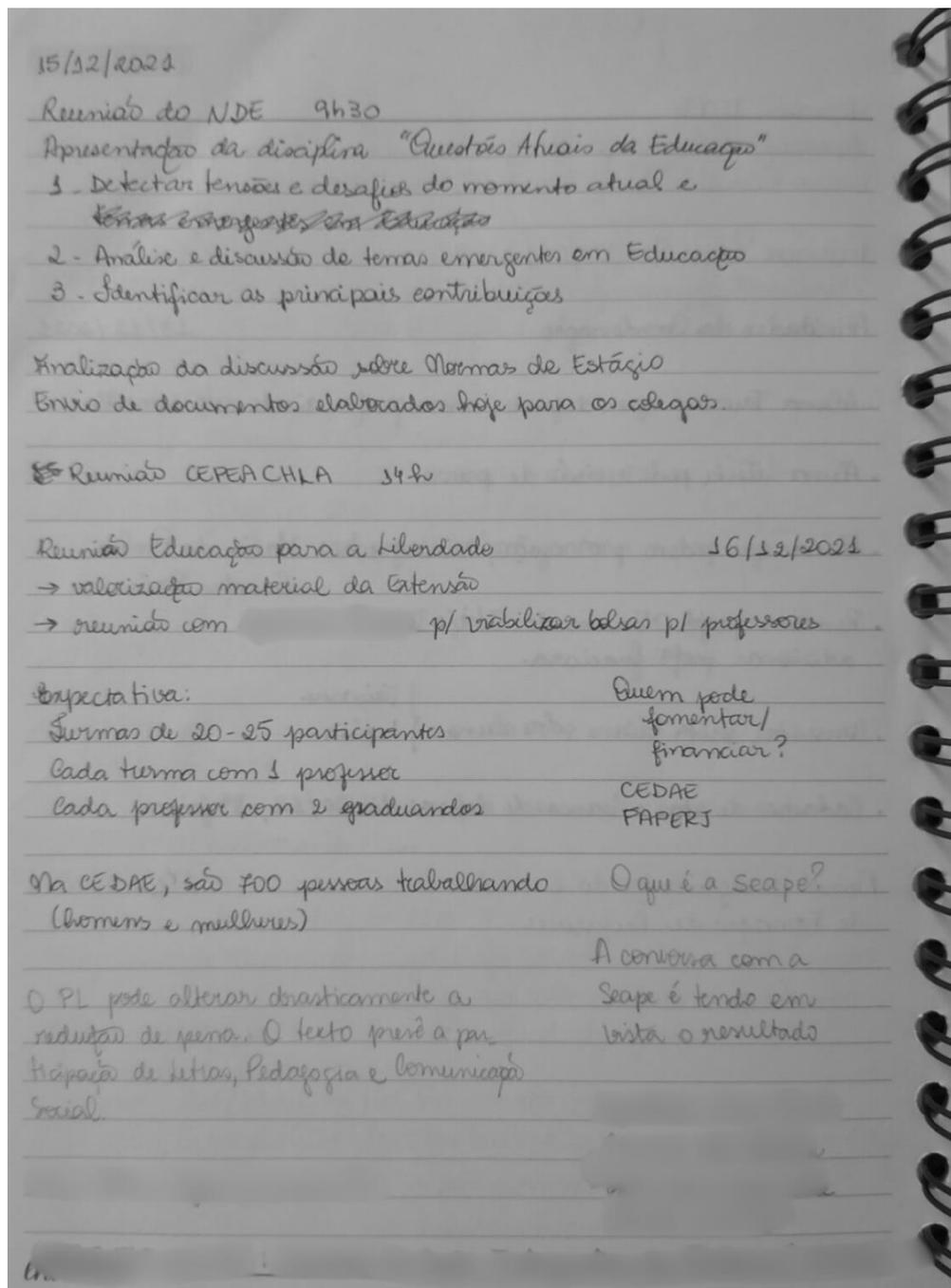


Foto do dia 16/12/2021

Fonte: Acervo dos autores

Essa concepção ampliada de Extensão e de formação, fomentada pelos recursos mediadores de ensinoaprendizagem, trouxe o círculo de cultura como elemento orientador dos

Programas Analíticos das Disciplinas. O trecho abaixo corresponde ao item “Metodologia” do formulário de cadastro das três ementas:

Círculos de cultura cotidianos, para levantamento de saberes prévios, para construção de debates motivados pelos encontros, para produção de conhecimentos e para delineamento do trabalho com estudantes. Em continuidade, um conjunto de atividades extensionistas poderão acontecer: estudos, debates, oficinas, construção de materiais, produção de exposições e festivais, dentre outras.

No interior do item “Metodologia” há um subitem intitulado “Atividades Propostas”, comum às três disciplinas, o qual reproduzimos abaixo:

- Trabalho extensionista em espaços prisionais e com pessoas que experienciaram o encarceramento de formas diversas (egressas, familiares, docentes, profissionais e agentes em geral), com destaque para aquelas em situação de privação ou restrição de liberdade.
- Círculos de cultura cotidianos, para levantamento de saberes prévios, para construção de debates motivados pelos encontros, para produção de conhecimentos e para delineamento do trabalho com estudantes.
- Leitura diária para o exercício de diversas modalidades e finalidades de leitura, bem como para o reconhecimento de linguagens variadas.
- Estudo de textos diversos, aulas dialogadas, debates etc.
- Desenvolvimento e análise de práticas educativas críticas em espaços de privação de liberdade.
- Construção de diálogos a partir de filmes, imagens, músicas etc.
- Elaboração individual e coletiva de portfólio reflexivo e memorial das experiências vividas.
- Circulação pública dos trabalhos realizados que garanta às pessoas participantes das atividades uma devolutiva de suas contribuições.
- Autoavaliação dos processos formativos.

A exposição da metodologia – tanto por meio dos círculos de cultura quanto das atividades propostas – evidencia nossa concepção de uma aprendizagem mútua entre todos os envolvidos. Acreditamos que o encontro de experiências vividas é responsável por deflagrar a aprendizagem para todos, incluídos os alfabetizandos, graduandos, docentes e demais participantes do círculo. Entendemos, assim, que os trechos expõem a preocupação com uma diversidade de atividades, bem como materiais e métodos, com o intuito de garantir a flexibilidade considerando as características de cada novo grupo, ao longo do tempo e em diferentes espaços.

Sobre a definição do público-alvo, mencionamos as características dos participantes externos à comunidade acadêmica, mas também houve um debate sobre como seria o trabalho com os alunos das disciplinas – a princípio destinadas a estudantes, geralmente com forte caráter teórico e eventuais atividades práticas. Para sair do paradigma “aplicacionista”, na intenção de formular uma disciplina efetivamente extensionista, deveríamos repensar também esse formato, dentro de uma concepção de indissociabilidade entre teoria e prática.

Esse debate ocorreu não apenas entre os integrantes, mas se estendeu aos técnicos das Pró-reitorias de Graduação e de Extensão. A teoria sem prática denotaria apenas uma disciplina no formato ordinário já existente; enquanto a prática sem teoria acarretaria, certamente, uma perspectiva esvaziada da extensão. Esta proposta nos convocou a reformular nossas concepções das relações possíveis entre ensino, pesquisa e extensão.

Isso porque, historicamente, observamos no interior de nossa instituição uma leitura equivocada de Extensão, sem o envolvimento real da comunidade externa e às vezes sem sequer a participação de estudantes. Assim, havia uma preocupação legítima que as novas disciplinas extensionistas curriculáveis não fossem apenas teóricas sem efetiva ação externa ao *campus* – e que, ao mesmo tempo, não fossem “espontaneístas”, consistindo em práticas isoladas sem conexão com um processo de pesquisa. Após muitos diálogos, incluímos a preparação teórica e o planejamento (com os alunos da disciplina) como parte da carga horária extensionista da atividade.

Entendemos também que o excesso de preparação teórica pode causar esvaziamento da prática, minimizando o diálogo com os participantes externos, assim reduzindo as possibilidades de produção da práxis. Como, então, conjugaríamos teoria e prática em uma disciplina extensionista? A resposta a esse questionamento seria construída a partir dos processos de produção dos programas analíticos, começando pelo programa da disciplina Educação para a Liberdade I: abordagens e práticas alfabetizadoras.

Concebemos alfabetização para além da codificação e decodificação de símbolos gráficos, como o direito de apropriação da cultura do escrito. Assim, educação para a liberdade implica não apenas conhecer as letras, mas entender o mundo, reconhecê-lo e se posicionar diante dele, em nosso caso tensionando a relação entre a prisão e o ambiente externo a ela. Por isso, a alfabetização teria que estar ligada à leitura de mundo, para todos os envolvidos – educadores e educandos. Pensamos que o enfoque de cada uma das três disciplinas (abordagens e práticas alfabetizadoras; abordagens e práticas de leitura e escrita; abordagens e práticas sobre

a diferença) seria, coletivamente, capaz de abarcar dimensões múltiplas da educação em situações de restrição de liberdade.

O conjunto desses enfoques se justifica não apenas pela concepção de alfabetização que subsidia o trabalho, mas também pelas diferentes formações dos cursos para os quais as disciplinas seriam oferecidas. Considerando essa diversidade, a existência de três disciplinas não significa uma sequência obrigatória, pois elas não estabelecem pré-requisitos de nenhum tipo. Como exemplos, reproduzimos abaixo os textos das três ementas:

- 1) Educação para a Liberdade I: Abordagens e Práticas Alfabetizadoras
Ênfase em abordagens e práticas alfabetizadoras. Educação, extensão universitária e humanização. Educação em espaços prisionais. Leituras críticas do mundo. Abordagem de histórias de vidas. Tema gerador e círculo de cultura. Letramentos. Modalidades de leitura. Elaboração de portfólio.
- 2) Educação para a Liberdade II: abordagens e práticas de leitura e escrita.
Ênfase em abordagens e práticas de leitura e escrita. Educação, extensão universitária e humanização. Educação em espaços prisionais. Leituras críticas do mundo. Abordagem de histórias de vidas. Tema gerador e círculo de cultura. Alfabetização. Letramentos. Modalidades de leitura. Elaboração de portfólio.
- 3) Educação para a liberdade III: abordagens e práticas sobre a diferença
Ênfase em abordagens e práticas sobre a diferença. Educação, extensão universitária e humanização. Educação em espaços prisionais. Leituras críticas do mundo. Abordagem de histórias de vidas. Tema gerador e círculo de cultura. Alfabetização. Letramentos. Modalidades de leitura. Elaboração de portfólio.

Os textos das ementas que ora apresentamos representam o resultado de diálogo e aprendizado, pois foi preciso conhecer e se orientar por diretrizes institucionais que configuravam formatos específicos, tanto de carga horária como de forma de apresentação dos componentes curriculares e de aproveitamento de créditos pelos estudantes.

Na origem, havíamos pensado em uma única disciplina e uma extensa bibliografia com três níveis de aprofundamento a depender das necessidades de trabalho do grupo/ dos estudantes e do campo onde seria realizada a extensão. Compreendemos que o trabalho seria distinto na medida em que fosse desenvolvido em espaços e condições diversas, como por exemplo: presídios masculinos ou femininos, pessoas em regime fechado ou semiaberto, participantes presos ou familiares de presos. Além disso, o trabalho não seria exclusivo de pessoas com nível inicial de alfabetização, mas sim seria estendido a todos os possíveis interessados nas práticas de leitura e escrita, dadas as possibilidades de inserção no campo.

Em um modesto levantamento inicial, não encontramos bibliografia específica reunindo os aspectos teóricos e filosóficos da discussão sobre a Educação em situações de restrição de liberdade realizada como disciplina extensionista. Nossa bibliografia deveria ser interdisciplinar, integrando não apenas textos acadêmicos clássicos e contemporâneos, mas também outros gêneros literários e manifestações artísticas não textuais. Era necessário incluir outras linguagens, demonstrando nossa abertura para a cultura de forma ampla e irrestrita.

Mas, ao mesmo tempo, existe um formato de referências bibliográficas permitido pela Universidade nas ementas dos componentes disciplinares. Para a referenciação de *outras mídias*, nossas dificuldades iam desde a coleta de material até as regras de apresentação, passando por autoria e disponibilização para os estudantes – ao longo do tempo – com atualizações correspondentes. Por exemplo: num presídio visitado por um dos autores deste texto, havia uma parede com imagens criadas por presos, as quais gostaríamos de referenciar com o mesmo *status* dos demais textos da bibliografia, mas não conseguimos, pelas razões acima descritas. Destacamos, especialmente, a permanente dificuldade de acesso aos presídios para nossas atividades de planejamento. Como solução, elaboramos a ideia de “portadocumentos” a ser alimentado por nós, docentes, como forma de manter as referências culturais em aberto (menos engessadas do que na ementa), dinâmicas e adaptáveis às demandas da burocracia interna.

Partimos do pressuposto de que a sequência entre as disciplinas não deveria significar um crescente de complexidade do conteúdo, mas apenas enfoques diferentes que se articulam. Assim, a bibliografia foi elaborada de modo a contemplar a independência entre os componentes curriculares: apresentamos as referências textuais e não-textuais em “camadas de profundidade” que podem ser acessadas pelos participantes com quaisquer conhecimentos prévios sobre os temas trabalhados. Inicialmente, havia uma bibliografia básica, uma bibliografia de aprofundamento 1 e uma bibliografia de aprofundamento 2. Essa proposta foi descaracterizada em meio à tramitação institucional, pois devíamos adequar os documentos a formulários previamente elaborados pela Pró-reitoria de Graduação, em que a bibliografia só admitia os subtítulos “básica” e “complementar”.

Questionamos integrantes da Comissão de Extensão da Universidade se as disciplinas poderiam ser oferecidas para a comunidade externa, bem como para outros Cursos da instituição, no formato de extensão – já que não exigiríamos requisitos mínimos de formação acadêmica e área do conhecimento para os interessados se matricularem. Em novembro de

2022, um ano após o início do trabalho do grupo, houve um momento de apresentação das disciplinas à comunidade acadêmica. A proposta gerou interesse entre estudantes, que ficaram bastante curiosos sobre o formato das disciplinas e como elas iriam compor sua formação na graduação. Atualmente, encontram-se em processo de tramitação. As condições de sua oferta têm absoluta necessidade de parcerias interinstitucionais e autorização para trabalharmos em espaços que atendem a pessoas com restrições de liberdade.

Conclusão

Historicamente, o processo de produção dos currículos nas universidades brasileiras tem feito com que atividades acadêmicas não disciplinares ocupem posição marginalizada. Pela concepção de se constituir como um espaço de interesses, oriundo de projetos de sociedade diferentes – e especialmente antagônicos –, as matrizes curriculares, das escolas às universidades, não viabilizam necessariamente um assertivo movimento de oferta de uma formação ampliada, diversa e partícipe do próprio sujeito integrado à proposta de estudante.

Nosso posicionamento, ao longo da construção aqui sistematizada, foi justamente o contrário: demonstrar o desenvolvimento possível de outro movimento na Universidade, na Extensão, seguido de uma análise que, apesar de concebida a muitas mãos, se permite à avaliação constante e progressiva, de forma a apresentar uma dimensão de diálogo essencialmente coletivo. Uma proposta, por fim, em que a atividade extensionista ocupasse um espaço de valor equivalente a ensino e pesquisa, podendo contar com a mesma organização disponível para uma disciplina: espaço físico, horários regulares, atribuição de conceito por docentes.

A partir desse contexto, apontamos esta abordagem como inovadora. Não conhecemos precedentes de disciplinas com carga horária e orientação cem por cento extensionista, a serem construídas em conjunto com os participantes externos, que passam a ser coautores da proposta de extensão. Enquanto metodologia fundamental das disciplinas, o círculo de cultura é uma proposta dialógica para concretizar a dimensão de coautoria – uma vez que é vivo, dinâmico. A dialogicidade está presente como elemento constitutivo, possibilitando aos participantes escolhas sobre temáticas e caminhos a percorrer. O próprio conjunto de referências bibliográficas, com as características que destacamos, se torna emblemático nesse sentido.

Há para nós uma sensação lacunar, por ainda não termos tido condições de oferecer as disciplinas, o que procuraremos realizar em breve. O processo de criação já se encontra em

tramitação na Universidade, contando ainda com a articulação junto à curricularização da extensão, que também tem constituído força e forma desde que fora implantada como parte da formação obrigatória, pela Extensão, a ser garantida pelas universidades brasileiras.

O texto se ateve ao processo de construção das disciplinas, como uma construção artesanal e cuidadosa da temática *educação prisional* e da Extensão, pelo trajeto intencional de valorização desses dois atores, principalmente pelas realidades institucionais e sociais com que geralmente são percebidos. Mesmo contando com nosso lugar de percepção e de interação, entendemos que ainda há muito a ser construído, também nos espaços possíveis de diálogo, de modo a ser possível a efetiva implementação de uma proposta como esta – como uma interlocução mais direta e contínua entre universidades e prisões, por exemplo.

Nossa crítica, pois, se faz também a outros contextos universitários em que a Extensão ainda se percebe como a que menos alcança prestígio e recurso material, como financiamento, para ser gerida a contento e, quiçá, para que suas atividades sejam ampliadas. Ademais, a curricularização da extensão precisa apontar para outros aspectos institucionais, a partir de seu valor simbólico e material, tais como sua percepção de carga horária de trabalho registrada e cômputo de tempo para a progressão funcional para os docentes, assim como a demonstração de participação discente, com carga integralizada no histórico acadêmico. E, em termos gerais, a Extensão pelo currículo também precisa ser considerada no processo de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) da Universidade, de modo a ser contemplada como parte essencial do próprio movimento de manutenção pelo que realiza a comunidade acadêmica.

O caminho não se encerra com a finalização deste texto. O estudo, aqui sistematizado, organiza uma construção, compilando dados, angústias, debates e produções de um debate progressivo e contínuo sobre a importância da formação reflexiva a partir de seus próprios atores, entre docentes e discentes. Uma educação, por fim, que se consubstancia como uma trajetória efetiva de diálogos para a liberdade – de pensamentos, de lugares, de comunicação entre universidade e sociedade.

Referências

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). *Projeto de Lei 3721-A/2021*. Dispõe sobre a criação do projeto de Remição de Pena pela Leitura no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em:

http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMTA2MWY3NTlkOTdhNmIyNDgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzIvMmM2OTE0MmQ0NjIIMWJiMjAzMjU4Njg2MDA2NTFkM2Q/T3BlbkRvY3VtZW50#TOPO. Acesso em: 11 abr. 2024.

ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BILAC, Olavo. *Poesias*. Introdução, organização e fixação do texto por Ivan Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Governo Federal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

_____. Governo Federal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 11 abr. 2024.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010*. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos penais. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 abr. 2024.

DEPEN (2020). Nota Técnica nº 1/2020/DEPEN: Remição de Pena pela Leitura. *REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL - RBEP*, 1(1), 309–330. <https://doi.org/10.1234/rbep.v1i1.175>. Acesso em: 11 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODINHO, Ana Claudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. *Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa*. Jundiaí: Paco, 2022.

MARIA DE MELO, V.; MACIEL DE ALMEIDA, S. Remição de pena pela leitura no Rio de Janeiro: possibilidades e avanços. *Revista Eletrônica de Educação*, [S. l.], v. 15, p. e4763035, 2021. DOI: 10.14244/198271994763. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4763>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MENDES, Luiz Alberto. *Confissões de um homem livre*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PASCHE, Marcos Estevão Gomes. Remição de Pena pela Leitura no Rio de Janeiro: da memória para a memória. *Revista Educação Unisinos*, [S. L.], v. 25, pp. 1-15, 26 abr. 2021. UNISINOS – Universidade do vale do Rio dos Sinos. <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/21043>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SAVIANI, Demerval. “Extensão universitária: uma abordagem não extensionista”. In: _____. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez, 1984. pp. 46-65.

SOARES, Renata Corrêa. *Extensão Universitária no Brasil e na UFRRJ: quando e como estas histórias se entrelaçam*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientador: Celia Regina Otranto.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Deliberação nº 138 de 11 de dezembro de 2008*. Dispõe sobre a Política

Institucional de Formação de Professores da UFRRJ. Seropédica: 2008. Disponível em: <https://bityli.com/KcsiwTfuv>. Acesso em: 24 set. 2022.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Deliberação nº 140 de 12 de novembro de 2019*. Dispõe sobre a formação de professores da educação básica. Seropédica: 2019. Disponível em: <https://bityli.com/iNlqMcsNo>. Acesso em: 24 set. 2022.

_____. *Manual básico para a Curricularização da Extensão da UFRRJ*. Seropédica: Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Graduação e Pró-reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional da UFRRJ, 2022. Disponível em https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/03/manual-basico_curricularizacao-da-extensao_ufrj.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

Recebido em: maio de 2024.

Parecer em: maio de 2024.

Publicado em: junho de 2024.